



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

## Após sucesso com o Cartão Material Escolar, GDF lançará Cartão Uniforme Escolar

Projeto aprovado pela Câmara Legislativa começa a ser testado este ano. Ideia é facilitar compra direta em malharias locais, girando a economia local

O Governo do Distrito Federal (GDF) anunciou que vai implementar o Cartão Uniforme Escolar, um novo modelo de fornecimento de uniformes para os estudantes da rede pública. A proposta, de autoria do deputado distrital Ricardo Vale (PT), será executada pela Secretaria de Educação em parceria com o Banco de Brasília (BRB). O objetivo é oferecer mais agilidade e autonomia às famílias, além de valorizar a indústria têxtil local.

Com o novo sistema, os pais ou responsáveis legais dos alunos poderão comprar os uniformes diretamente em malharias credenciadas, utilizando um cartão abastecido anualmente com recursos públicos, administrados pelo BRB. O valor depositado no cartão (ainda não definido pelo GDF) deverá

ser usado exclusivamente para adquirir peças padronizadas, como camisetas, bermudas, calças e agasalhos, conforme definido pela Secretaria de Educação.

Esse modelo substitui o formato anterior, em que as próprias escolas eram responsáveis por armazenar, distribuir e controlar os uniformes. A descentralização do processo deve reduzir burocracias, atrasos e problemas recorrentes como a entrega de tamanhos errados ou peças de baixa qualidade. Além disso, cada aluno poderá receber uniformes no tamanho adequado, no momento mais conveniente para a família.

São 459.374 estudantes da rede pública de ensino. O uniforme escolar é distribuído gratuitamente para todos os alunos da rede pública de ensino.

### Licitação e confusão

Nos últimos anos, o fornecimento centralizado de uniformes foi alvo de críticas por conta de constantes falhas na entrega e licitações que favoreciam empresas de fora do Distrito Federal, muitas sem estrutura para atender à demanda. Atualmente, os uniformes são adquiridos por meio de pregões eletrônicos, envolvendo 14 lotes para ampla concorrência e outros 14 para pequenas e microempresas.

No entanto, a última licitação resultou na contratação de seis empresas, todas de fora do Distrito Federal, localizadas em estados como Goiás, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Hoje, a gestão de entrega dos uniformes exige ainda que os diretores recebam grandes volumes de peças, fa-



São 459.374 estudantes da rede pública de ensino. O uniforme escolar é distribuído gratuitamente para todos esses alunos

çam a separação por tamanhos e organizem a distribuição às famílias, acumulando ainda mais responsabilidade. “Com a nova proposta, esse processo ficará a cargo das próprias malharias, liberando os gestores escolares para se dedicarem nas atividades pedagógicas e administrativas prioritárias”, afirma a secretária de Educação do DF, Hélivia Paranaçu.

Com o novo modelo, as malharias locais não só farão a confecção das peças como também serão responsáveis pela entrega, ajustes e substituições, quando necessário. Essas empresas passarão por um processo de credenciamento que será regulamentado pelo GDF.

O padrão de tecidos, cores e modelos dos uniformes será mantido, conforme já ocorre nos editais de pregão. “A Secretaria de Educação estabeleceu critérios técni-

cos rigorosos para garantir a qualidade das peças, e o acompanhamento desse processo será feito de perto por uma área específica da pasta” reforçou Hélivia.

Dessa forma, as famílias terão mais opções de escolha e as crianças poderão experimentar as peças antes da compra, facilitando a adequação de tamanhos e melhorando a logística.

### Pleito do setor produtivo

Um dos principais impactos esperados é o fortalecimento da economia local, com geração de emprego e renda no setor de confecção, especialmente entre micro e pequenas empresas lideradas por mulheres. A proposta também é uma resposta a uma antiga demanda do setor produtivo local, especialmente do Sindicato das Indústrias de Vestuário

no Distrito Federal (Sindivest), que sempre pleiteou o fortalecimento das malharias do DF.

Para o deputado Ricardo Vale, o projeto representa a união entre educação e desenvolvimento econômico. Segundo ele, “o governo fornece o recurso, a família escolhe o melhor momento para comprar e as empresas da cidade se beneficiam. É um modelo que beneficia a todos”.

O projeto do Cartão Uniforme Escolar foi aprovado pela Câmara Legislativa do DF no último dia 27 de junho e está em fase de regulamentação pelo Poder Executivo. Entre os pontos que ainda serão definidos estão o valor anual por estudante, a quantidade de peças permitidas, os critérios técnicos para o credenciamento das malharias e os mecanismos de controle e fiscalização do uso do benefício.

A previsão é de que o programa comece a ser testado em 2025, em fase piloto, inicialmente em regiões administrativas com maior concentração de estudantes em situação de vulnerabilidade. A implementação completa está prevista para o ano letivo de 2026.

## Este será o sexto cartão lançado pelo GDF e operado pelo BRB

Um dos principais impactos esperados com o Cartão Uniforme Escolar é o fortalecimento da economia local, com geração de emprego e renda no setor de confecção, especialmente entre micro e pequenas empresas lideradas por mulheres.

Para o deputado Ricardo Vale - que propôs o cartão para o uniforme escolar -, o projeto representa a união entre educação e desenvolvimento econômico. Segundo ele, “o governo fornece o recurso, a família escolhe o melhor momento para comprar e as empresas da cidade se beneficiam. É um modelo que beneficia a todos”.

O presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire - autor da ideia do Cartão Material Escolar, em 2019 - comemorou mais

esta conquista. “Valoriza a empresa local, movimentando o comércio e a indústria local. Gera impostos, gera empregos, é tudo o que precisamos”, disse.

Executado pela Secretaria de Educação (SEEDF) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF), o benefício oferta R\$ 320 aos estudantes da educação infantil e ensino fundamental e R\$ 240 aos que cursam o ensino médio. Em 2019, a iniciativa beneficiou mais de 64 mil alunos com orçamento de cerca de R\$ 20 milhões. Desde então, os números cresceram significativamente, alcançando mais de 175 mil estudantes em 2024, com aporte na ordem de R\$ 54 milhões. Neste ano, um novo recorde deve ser registrado: a previsão é



O Cartão Material Escolar, que foi proposto pelo presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, começou a operar em 2023

que sejam atendidos 200 mil discentes, um crescimento de 15%, com um investimento de R\$ 58 milhões.

### Vulnerabilidade social

Esse modelo de cartão de pagamento de benefício direto foi ampliado. Hoje, ele é

usado para a compra do gás de cozinha. Existe ainda o Cartão Prato Cheio, benefício social do DF destinado a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. O programa fornece um crédito mensal de R\$ 250 (que passará para R\$ 280 em setembro) para compra de alimentos em estabelecimentos credenciados. O objetivo é garantir o acesso à alimentação adequada para famílias em situação de vulnerabilidade.

Também há um outro cartão, o DF Social. Ele é um benefício financeiro mensal de R\$ 150,00 oferecido pelo GDF para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único e residentes no DF. O objetivo é garantir um auxílio financeiro para famílias em situação de

vulnerabilidade social, com renda per capita de até meio salário mínimo.

Esses novos modelos de distribuição dirigida de renda e de apoio a famílias em vulnerabilidade também tem outro expoente: o Cartão Material de Construção. Este programa oferece um cartão, com auxílio de R\$ 15 mil, para famílias de baixa renda em situações de emergência ou calamidade que precisem reconstruir suas moradias após eventos como incêndios, enchentes, vendas e deslizamentos.

Este cartão, lançado em final de maio e também operacionalizado pelo BRB, possui função débito e permite a compra de materiais de construção em empresas credenciadas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab).



O presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, e o Publisher do 'Correio da Manhã', Claudio Magnavita



Os integrantes da equipe de Brasília do 'Correio da Manhã' participaram do encontro, que busca aproximar o jornal do público formador de opinião do DF

## 'Casa Correio da Manhã' recebe José Aparecido Freire, presidente da Fecomércio-DF

A “Casa Correio da Manhã”, no Lago Sul, recebeu ontem para almoço o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), José Aparecido da Costa Freire. Ele foi recebido pelo Publisher e Diretor de Redação do “Correio da Manhã”, Claudio Magnavita.

Pela Fecomércio-DF também compareceu no encontro o coordenador de Comunicação Social da entidade, Sinval Neto. Também estavam presentes o diretor da Sucursal de Brasília, Rudolfo Lago, e os colunistas Thales Faria (Política) e Martha Imenes (Economia), além deste colunista de “Brasilianas”.

O diretor do Correio da Manhã, Sergio Nery, também par-

ticipou do encontro. O cardápio, picadinho à moda carioca, ficou a cargo do chef Ivan Felix.

Este encontro fez parte da estratégia do “Correio da Manhã” de se apresentar às lideranças de Brasília e de se aproximar mais do público leitor do jornal. Vale lembrar que o “Correio da Manhã” é o jornal do Distrito Federal desde 15 de junho de 1901.